



Educação popular, feminismos e justiça social: a influência de Paulo Freire nas práticas educativas de mulheres do campo

Popular education, feminisms and social justice: the influence of Paulo Freire on the educational practices of rural women

Clodoaldo Matias da Silva ¹

RESUMO

A pesquisa investiga como as práticas educativas desenvolvidas por mulheres do campo articulam os fundamentos da educação popular à construção de um feminismo territorializado, coletivo e insurgente. Ao compreender a educação como um ato político e ético, o estudo busca analisar de que modo essas mulheres transformam suas vivências cotidianas em processos pedagógicos voltados à emancipação, à justiça social e à reconfiguração das relações de poder em seus territórios. A investigação tem como objetivo analisar o entrelaçamento entre práticas formativas, feminismos populares e pedagogia libertadora no contexto da educação do campo. Utiliza-se metodologia qualitativa, com abordagem bibliográfica e analítico-interpretativa, ancorada nos estudos de gênero, educação popular e epistemologias do Sul. Foram mobilizadas obras teóricas, registros de movimentos sociais e produções acadêmicas sobre experiências formativas em territórios rurais. O percurso analítico revela que as práticas educativas protagonizadas por essas mulheres operam como formas de resistência ao patriarcado, à colonialidade e à marginalização epistêmica, gerando saberes coletivos enraizados na terra, na oralidade e na ancestralidade. A pesquisa conclui, de forma preliminar, que tais práticas representam não apenas instrumentos de formação política, mas também alternativas de construção de outras pedagogias possíveis, sustentadas por vínculos comunitários, práticas agroecológicas e autonomia territorial. Ao dar visibilidade a essas experiências, o estudo contribui para o fortalecimento das pedagogias populares feministas e amplia os horizontes do debate educacional sobre justiça social, dignidade e transformação estrutural no campo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia. Educação Popular. Feminismos. Justiça Social. Mulheres do Campo.

ABSTRACT

This research investigates how educational practices developed by rural women combine the principles of popular education with the construction of a territorial, collective, and insurgent feminism. By understanding education as a political and ethical act, the study aims to analyse how these women transform their daily experiences into pedagogical processes

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Especialista em Ensino de Filosofia, Sociologia e História; Neuropsicopedagogia e Psicanálise Clínica; Psicanálise, psicoterapia e psicopatologia do Adolescente; e, Cultura Indígena e Afro-brasileira pela FACULESTE. Graduado em Geografia pelo Centro Universitário do Norte - UNINORTE. E-mail: cms.1978@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3923-8839>.

oriented towards emancipation, social justice, and the reconfiguration of power relations in their territories. The research aims to examine the intertwining between formative practices, popular feminisms, and emancipatory pedagogy in the context of rural education. A qualitative methodology is adopted, with a bibliographic and interpretative approach, grounded in gender studies, popular education, and Southern epistemologies. The study draws on theoretical works, social movement records, and academic literature on formative experiences in rural areas. The analytical path reveals that the educational practices led by these women act as forms of resistance to patriarchy, coloniality, and epistemic marginalisation, generating collective knowledge rooted in land, orality, and ancestry. The preliminary conclusion indicates that such practices represent not only tools of political formation but also alternatives for constructing other possible pedagogies, supported by community bonds, agroecological practices, and territorial autonomy. By giving visibility to these experiences, the study contributes to the strengthening of popular feminist pedagogies and expands the educational debate on social justice, dignity, and structural transformation in the Brazilian countryside.

KEYWORDS: Agroecology. Feminisms. Popular Education. Rural Women. Social Justice.

* * *

Introdução

A educação popular latino-americana, consolidada a partir das contribuições de Paulo Freire, ocupa um lugar central no debate sobre emancipação social, especialmente no contexto das lutas campesinas e das resistências populares, apesar da vasta bibliografia dedicada à pedagogia freiriana e aos feminismos, observa-se um vazio teórico no que se refere às práticas educativas desenvolvidas por mulheres do campo que articulam essas duas matrizes, esta lacuna se torna ainda mais evidente diante da escassa sistematização de experiências pedagógicas feministas no meio rural. Nesse sentido, a presente pesquisa propõe investigar como tais mulheres protagonizam práticas formativas inspiradas nos fundamentos do pensamento freiriano, trata-se, portanto, de uma investigação que se insere criticamente no estado da arte, buscando ampliar os horizontes epistemológicos da educação crítica.

A pesquisa se organiza a partir da seguinte indagação central: De que maneira os princípios da pedagogia freiriana se articulam às práticas

feministas desenvolvidas por mulheres do campo, contribuindo para a construção de processos educativos voltados à emancipação, à justiça social e à transformação das relações de poder nos territórios rurais? Essa questão conduz ao objetivo principal da investigação, que consiste em analisar como a pedagogia freiriana tem influenciado as práticas educativas de mulheres camponesas, evidenciando suas contribuições à formação de sujeitos políticos. Com isso, pretende-se compreender o entrelaçamento entre feminismo, educação popular e justiça social em contextos de resistência no campo, nessa perspectiva, a abordagem proposta possibilita não apenas o resgate de experiências silenciadas, mas também a construção de novos paradigmas formativos, assim, a pesquisa se coloca como resposta a um silêncio ainda persistente na produção científica da área.

Justifica-se esta investigação pelo potencial de visibilizar práticas educativas engendradas fora do espaço escolar institucional, com base em saberes locais e em narrativas de mulheres historicamente marginalizadas, no campo científico, a originalidade do estudo está em oferecer uma leitura interseccional que integra a pedagogia freiriana e os feminismos populares como chaves de leitura e ação política. Em termos educacionais, valoriza-se a educação do campo não apenas como modalidade, mas como projeto de sociedade enraizado na experiência coletiva das mulheres, socialmente, o estudo alinha-se às lutas por terra, autonomia e reconhecimento simbólico, articulando-se a movimentos que surgem contra o epistemicídio. Historicamente, contribui-se com a restituição de trajetórias que reafirmam o lugar das mulheres do campo como educadoras populares, em síntese, esta pesquisa rompe com o modelo unívoco de educação e afirma novas possibilidades de formação crítica.

A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico e interpretativo, articulando a análise teórica de obras fundacionais à leitura crítica de documentos e relatos oriundos dos movimentos de mulheres do campo, a investigação se ancora na interseção entre os estudos de gênero, a pedagogia freiriana e as epistemologias

populares, em diálogo com autores como Paulo Freire, Bell Hooks, Rita Segato e Roseli Caldart. A seleção das fontes buscou garantir diversidade teórica e política, valorizando produções acadêmicas e registros oriundos de práticas pedagógicas insurgentes, o procedimento analítico baseia-se na hermenêutica crítica, permitindo apreender os sentidos atribuídos pelas mulheres às suas ações educativas, com isso, busca-se romper com abordagens descritivas e construir uma interpretação comprometida com a transformação social.

A pesquisa parte da hipótese de que as práticas educativas de mulheres camponesas, fundamentadas em saberes comunitários e no legado freiriano, constituem formas legítimas de pedagogia popular feminista, essas práticas, ainda que invisibilizadas no discurso hegemônico, produzem sujeitos críticos e articulam saberes que confrontam o patriarcado, o racismo e a lógica capitalista. Pretende-se demonstrar que tais experiências operam como práticas de libertação ancoradas na territorialidade, na ancestralidade e na coletividade, ao mapear e analisar essas ações, a investigação reafirma o lugar da educação como ato de resistência e construção de justiça social. A conclusão preliminar indica que a práxis pedagógica das mulheres do campo não apenas reproduz valores democráticos, como também cria alternativas concretas às opressões estruturais, portanto, este é, o ponto de partida para uma epistemologia educativa plural e contra-hegemônica.

Para a consecução desse percurso analítico, o trabalho organiza-se em três seções. A primeira, “A Educação Popular em Paulo Freire: Bases Teóricas para uma Pedagogia da Emancipação”, discute os fundamentos da pedagogia freiriana e sua projeção nos territórios rurais. A segunda, “Feminismos Populares e Saberes do Campo: As Mulheres como Sujeitas da Transformação”, investiga as contribuições dos feminismos rurais para a construção de práticas educativas insurgentes. A terceira seção, “Práticas Educativas de Mulheres do Campo: Experiências, Resistência e Construção de Justiça Social”, analisa experiências concretas de formação política e pedagógica conduzidas por mulheres camponesas. Cada seção contribui, de

forma articulada, para o aprofundamento do problema e para a construção de um novo olhar sobre o papel das mulheres do campo na reinvenção da educação.

1 A Educação Popular em Paulo Freire: Bases Teóricas para uma Pedagogia da Emancipação

A pedagogia de Paulo Freire emerge como uma resposta histórica à opressão sistêmica que marca a experiência dos sujeitos subalternizados, propondo uma concepção de educação que transcende a instrução técnica e alcança a formação política. Ao denunciar o modelo bancário de ensino, Freire (1978) reivindica uma pedagogia dialógica, na qual educador e educando constroem, juntos, a leitura crítica do mundo. Essa leitura, articulada à prática, transforma-se em *práxis*, conceito central que confere à educação um papel revolucionário, para Freire (1981), educar é criar possibilidades para que os sujeitos se percebam como protagonistas da mudança social, nesse sentido, a educação popular configura-se como uma via emancipadora, comprometida com a superação das desigualdades.

Nesse mesmo horizonte, Saviani (2013) argumenta que a pedagogia progressista no Brasil sempre esteve tensionada entre a lógica da reprodução e a necessidade de transformação, para o autor, a educação assume papel contraditório: pode tanto reproduzir estruturas de dominação quanto subvertê-las. A pedagogia freiriana, ao assumir a crítica da ordem estabelecida, se insere nesse segundo campo, propondo uma educação histórica, crítica e comprometida com os interesses das classes populares, ao valorizar os saberes da experiência, Freire desloca o foco da pedagogia tradicional, desafiando o monopólio do saber escolarizado. Essa valorização rompe com o epistemicídio e afirma a legitimidade dos saberes produzidos nas margens sociais, trata-se, assim, de uma pedagogia insurgente.

Por conseguinte, a educação popular não deve ser entendida apenas como metodologia, mas como um projeto político-pedagógico enraizado em

uma concepção de mundo, conforme Beisiegel (1989), a proposta freiriana está intrinsecamente vinculada à luta por justiça social e democracia participativa, nesse aspecto, a relação entre política e educação é aqui indissociável, pois toda ação pedagógica é também uma ação ideológica. A neutralidade, portanto, é recusada em nome do compromisso ético com os oprimidos, nesse sentido, a educação popular constitui um instrumento de descolonização do saber e de revalorização das vozes silenciadas, essa característica a torna particularmente potente em contextos de exclusão histórica, como as comunidades rurais.

Além disso, o diálogo é um dos pilares fundantes da pedagogia freiriana, concebido como meio e fim do processo educativo, a dialogicidade, segundo Freire (1978), não é mero recurso metodológico, mas expressão do reconhecimento mútuo entre os sujeitos, nesse processo, os educandos deixam de ser objetos da educação para se tornarem sujeitos cognoscentes. Essa mudança ontológica é fundamental para a constituição da consciência crítica, pois somente o diálogo permite o desvelamento das estruturas opressoras, ao propor o diálogo como base da formação humana, Freire reconfigura a própria ideia de escola, deslocando-a do espaço disciplinador para o espaço libertador, assim, a escola, torna-se campo de disputa de projetos de sociedade.

A pedagogia do oprimido, conforme sistematizada por Freire, adquire potência radical quando articulada à realidade concreta dos sujeitos populares, como ocorre nos movimentos sociais do campo, para Caldart e Kolling (2001), os princípios freirianos encontram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) um campo fértil de materialização. Nessa perspectiva, a educação popular não é apenas discurso, mas prática cotidiana nas escolas do campo, nos centros de formação e nas assembleias populares, os educadores e educadoras do MST assumem o papel de multiplicadores da consciência crítica, em consonância com os ideais freirianos, com isso, o legado de Freire é atualizado em práticas educativas que articulam terra, saber, resistência e cultura.

Outro aspecto relevante diz respeito à territorialidade e à ancestralidade como dimensões pedagógicas., isso porque, a educação popular, quando aplicada ao contexto rural, integra elementos do território como fonte de saber e identidade. Conforme argumenta Beisiegel (1989), a realidade concreta deve ser o ponto de partida para toda prática pedagógica crítica, assim, a vivência no campo, o trabalho na terra e a história das lutas coletivas tornam-se conteúdos formativos. Essa pedagogia enraizada valoriza os conhecimentos locais, a oralidade e os modos de vida campesinos, resistindo à homogeneização imposta pela lógica urbano-industrial, portanto, educar no campo é também recuperar memórias, afirmar pertenças e combater a invisibilização histórica.

Ademais, a formação de sujeitos políticos na perspectiva freiriana exige a construção de espaços coletivos de escuta e partilha, em que a educação seja vivida como prática de liberdade, para Freire (1981), não há educação neutra: ou se educa para a domesticação, ou para a libertação. O processo educativo, ao incorporar as vivências das mulheres do campo, torna-se lugar de reconstrução identitária e de afirmação das múltiplas vozes femininas, tais sujeitos, historicamente excluídos dos discursos oficiais, passam a disputar narrativas e ocupar espaços de fala. A pedagogia freiriana, portanto, oferece subsídios teóricos e metodológicos para que essas experiências se tornem visíveis e valorizadas nos espaços educacionais.

Em vista disso, torna-se imprescindível compreender como as práticas educativas desenvolvidas pelas mulheres do campo se apropriam dos fundamentos freirianos e os ressignificam em suas realidades, tais práticas, muitas vezes invisibilizadas pela produção acadêmica hegemônica, representam formas legítimas de resistência e de reinvenção do ato de educar. Ao sistematizar essas experiências, este estudo busca tensionar o campo da educação popular com os aportes do feminismo de base territorial, assim, a seção seguinte examinará como os feminismos populares, protagonizados por mulheres camponesas, constroem saberes e práticas

pedagógicas insurgentes, reafirmando a educação como instrumento de transformação e justiça social.

2 Feminismos Populares e Saberes do Campo: As Mulheres como Sujeitas da Transformação

A emergência dos feminismos populares no Brasil representa uma inflexão teórica e prática nas formas tradicionais de conceber a luta por direitos, deslocando o centro da análise das grandes cidades para os territórios de resistência do campo, nesse contexto, as mulheres camponesas têm assumido um papel central na construção de pedagogias insurgentes que desafiam o patriarcado, o capitalismo e o racismo estrutural. Para Sardenberg e Costa (1994), tais mulheres não apenas participam da produção social, mas transformam suas vivências em instrumentos de organização e luta política, essa atuação desafia a lógica do silenciamento e afirma as mulheres do campo como sujeitas coletivas de saber, é nesse horizonte que o debate sobre feminismos e educação se complexifica.

Com efeito, os feminismos populares se distinguem das correntes hegemônicas ao valorizarem a experiência concreta das mulheres racializadas, empobrecidas e territorializadas, segundo Muraro e Boff (2002), é necessário construir uma nova consciência das diferenças, que vá além da simples denúncia das desigualdades, propondo um encontro ético entre os gêneros. Essa perspectiva encontra eco nas experiências das mulheres do campo, que reivindicam não apenas o acesso à terra, mas também o reconhecimento simbólico e político de seus saberes, assim, o feminismo que se constrói nesses territórios é encarnado, plural e ancestral, trata-se de uma pedagogia da terra e do corpo, que articula memória, espiritualidade e resistência cotidiana.

Além disso, os saberes produzidos pelas mulheres do campo estão profundamente enraizados em suas práticas de cuidado, cultivo, cura e organização comunitária, para Paludo (2009), essas lideranças femininas se

constroem a partir da ação coletiva, muitas vezes vinculada a movimentos sociais como o MST e o Movimento de Mulheres Camponesas. Nessas experiências, a educação se dá de forma não escolarizada, em rodas de conversa, assembleias e práticas agroecológicas, ao mesmo tempo, essas mulheres enfrentam múltiplas formas de opressão: a misoginia, a exclusão política e a desvalorização de seus saberes. Contudo, é justamente a partir dessas margens que constroem alternativas formativas baseadas na solidariedade e na autonomia.

Nesse sentido, a educação popular assume um caráter ético e político, como propõe Rita Barbosa (2007), ao ser constituída não como instrumento de domesticação, mas como construção de um poder ético partilhado, a pedagogia que emerge dessas práticas não se reduz à alfabetização formal, mas envolve a formação de sujeitos conscientes e coletivamente organizados. Trata-se de um processo educativo que transcende os muros da escola e se enraíza na vida cotidiana das mulheres, a ética que sustenta esse modelo pedagógico é pautada pelo reconhecimento mútuo, pela escuta ativa e pela valorização da experiência, assim, o campo se transforma em espaço educativo legítimo e potente.

Do mesmo modo, o protagonismo feminino nas práticas educativas do campo desafia a concepção tradicional de gênero enquanto identidade fixa e universal, Beauvoir (1967) já afirmava que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, apontando para o caráter histórico e social da construção do feminino. Essa perspectiva é radicalizada pelas mulheres do campo, que produzem outras formas de ser mulher, articuladas à terra, à coletividade e à resistência, o gênero, nesses contextos, é performado de modo político e situado, revelando a intersecção entre classe, território e corpo, portanto, os feminismos populares não apenas denunciam opressões, mas propõem novas epistemologias de existência.

Outro aspecto central refere-se à dimensão política dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) nas escolas do campo, que incorporam os princípios das pedagogias feministas e populares, de acordo com Silva,

Almeida e Garcia (2018), o PPP das escolas do campo deve ser construído de forma participativa, valorizando a diversidade dos sujeitos e a pluralidade dos saberes. Nessa perspectiva, as mulheres do campo não são apenas beneficiárias da educação, mas autoras de suas propostas pedagógicas, essa concepção rompe com a lógica centralizadora do Estado e afirma a autonomia das comunidades na definição de seus processos formativos, assim, o PPP torna-se também um instrumento de luta e de afirmação política.

Consequentemente, os feminismos populares contribuem para ressignificar a prática educativa, deslocando-a do modelo bancário para o modelo dialógico, conforme proposto por Freire, nesse cenário, a pedagogia feminista do campo é feita de encontros, de partilhas e de disputas simbólicas, em que o saber se constrói a partir da escuta e da vivência. Ao contrário da escola tradicional, que muitas vezes ignora as subjetividades das educandas, essa pedagogia valoriza os percursos de vida e a ancestralidade das mulheres camponesas, com isso, reforça-se a dimensão coletiva do aprendizado, que passa a ser compreendido como construção compartilhada de sentido, nesse aspecto, a educação, torna-se espaço de resistência à opressão de gênero e de classe.

É nesse contexto que se torna urgente aprofundar a análise das práticas educativas desenvolvidas por mulheres do campo como formas de resistência política e produção de saber, para compreender essas experiências em sua complexidade, a próxima seção abordará as práticas concretas de formação protagonizadas por essas mulheres. A partir da articulação entre educação popular, territorialidade e feminismo, será possível visibilizar como essas práticas educativas se materializam em escolas, assentamentos, feiras e centros de formação, assim, investiga-se como tais experiências atualizam a pedagogia freiriana e reinventam o ato educativo a partir das margens sociais, dando centralidade às vozes femininas do campo – tema da próxima seção.

3 Práticas Educativas de Mulheres do Campo: Experiências, Resistência e Construção de Justiça Social

As práticas educativas protagonizadas por mulheres do campo constituem um importante campo de produção de saber e resistência, que desafia a hegemonia do conhecimento acadêmico ocidental, inspiradas na pedagogia de Freire, essas práticas revalorizam os saberes populares e territoriais, construindo uma educação que se ancora no cotidiano, na terra e na ancestralidade, conforme já observado nas seções anteriores. Como destaca Freire (1997), ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, especialmente quando se trata de sujeitos historicamente silenciados, nesse cenário, as mulheres camponesas, ao inserirem suas experiências nas práticas formativas, propõem uma pedagogia que rompe com o modelo verticalizado da escola tradicional, com isso, constroem espaços coletivos de aprendizagem e libertação.

Nesse horizonte, a atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é exemplar ao demonstrar como a educação pode ser instrumento de emancipação política, por meio de suas práticas educativas, o MMC integra dimensões formativas, agroecológicas e feministas, promovendo espaços de reflexão crítica e ação coletiva, tais práticas são realizadas em encontros, oficinas, seminários e formações territoriais, nos quais o corpo, o trabalho e a memória das mulheres se tornam conteúdos pedagógicos. Segundo o próprio movimento, educar é também denunciar as violências de gênero e afirmar modos de vida sustentáveis e solidários, trata-se de uma educação insurgente que ressignifica a vida cotidiana como campo de formação política e ética.

Nesse mesmo sentido, Caldart e Kolling (2001) tem sido uma das principais sistematizadoras das práticas pedagógicas do campo, afirmando que a educação construída nos assentamentos e nos territórios populares deve partir da realidade concreta e dos sonhos coletivos das comunidades, em suas palavras, as escolas do campo são espaços de construção de um

novo projeto de sociedade, no qual as mulheres desempenham papel central. Essa perspectiva reafirma que a educação rural não deve ser adaptada à escola urbana, mas, sim, forjada a partir das lutas camponesas, assim, a proposta formativa do campo incorpora práticas de cuidado, mística, arte e trabalho como dimensões fundamentais da formação humana e coletiva.

Além disso, autores como Brandão (2001) reafirmam a importância da narrativa, da escuta e da memória na formação dos sujeitos populares, em sua obra, a história do menino que lia o mundo se confunde com a história das mulheres que leem a terra, as ervas, os corpos e os ciclos da natureza como fontes de saber. Essa leitura não é meramente simbólica, mas pedagógica, pois gera reflexão crítica e ação transformadora, ao narrar suas trajetórias, essas mulheres constroem metodologias próprias de ensino-aprendizagem, pautadas pela experiência, pela oralidade e pela circularidade do conhecimento, com isso, fundam uma epistemologia do chão e da vida, que tensiona o monopólio do saber escolarizado.

Adicionalmente, a experiência de formação política vivida em projetos como os orçamentos participativos, analisada por Pereira (2008), revela a potência educativa da participação popular. Quando as mulheres do campo se inserem nesses espaços, não apenas aprendem sobre os mecanismos institucionais, mas também redefinem suas posições sociais e subjetivas, a partir do exercício do direito à voz, constroem novos repertórios políticos e reforçam a dimensão democrática da educação. Assim, o ato de aprender torna-se um ato de ocupar espaços, disputar sentidos e reconfigurar relações de poder, a educação, nesse contexto, não se limita à sala de aula, mas permeia toda a prática comunitária e política.

Conforme Hooks (2013), toda pedagogia que se pretenda libertadora deve reconhecer o corpo, a identidade e a história como elementos centrais da formação, nesse aspecto, a prática educativa das mulheres do campo articula dor, resistência e cura em um mesmo gesto formativo, nesse cenário, a corporeidade e a afetividade são dimensões que rompem com a lógica da racionalidade patriarcal e instauram uma pedagogia do cuidado e

do afeto. Para Silva, Almeida e Garcia (2018), ensinar é um ato de amor radical, especialmente quando se trata de educar a partir da dor histórica e da marginalidade social, as mulheres camponesas transformam esse amor em potência política, pedagógica e coletiva, desafiando o silenciamento imposto pelo colonialismo de gênero.

Sob essa perspectiva, Segato (2016) argumenta que a violência de gênero é uma estratégia de dominação estrutural, inscrita nos corpos e nos territórios, por isso, educar contra essa violência exige mais do que denunciar: é preciso construir alternativas simbólicas e materiais. As práticas pedagógicas das mulheres do campo, ao resgatarem saberes ancestrais e coletivos, desestabilizam os fundamentos do patriarcado e instauram novas formas de sociabilidade. A formação política dessas mulheres, articulada à produção da vida e à defesa do território, constitui uma das mais potentes expressões da educação emancipatória contemporânea, desse modo, o campo não é apenas um lugar, mas um projeto civilizatório em disputa.

Sendo assim, é preciso reconhecer que as práticas pedagógicas das mulheres do campo não apenas desestabilizam o patriarcado, como também instauram novas formas de produção simbólica e material. Tais práticas não se limitam a denúncias; elas engendram alternativas educativas concretas, como demonstra o trabalho do MMC, presente em diversas regiões do Brasil. Nessas iniciativas, saberes ancestrais, lutas por soberania alimentar e processos formativos se entrelaçam, dando origem a experiências de resistência que articulam corpo, território e política, são mulheres que educam para libertar, plantam para sobreviver e se organizam para transformar, revelando que a educação no campo é, também, um projeto civilizatório em disputa.

A formação política proporcionada por essas ações está enraizada em práticas coletivas que promovem autonomia e dignidade, a Escola de Agroecologia Egídio Brunetto, vinculada ao MST, é exemplo de um espaço onde mulheres camponesas protagonizam processos educativos que vão além

da sala de aula, desenvolvendo atividades formativas nos quintais produtivos, nas feiras populares e nas assembleias comunitárias. Ali, o território é compreendido como extensão do corpo e a aprendizagem se dá na escuta, no fazer e no pertencer. Essa pedagogia insurgente não apenas reconfigura o papel da mulher no espaço rural, como subverte as estruturas tradicionais de poder que marginalizam seus saberes e experiências.

Ao revelar essas trajetórias, evidencia-se que as práticas educativas das mulheres rurais não são exceções, mas expressões consistentes de uma epistemologia popular que interroga as bases da modernidade ocidental. A partir de seus lugares de fala, essas mulheres constroem sentidos coletivos que desafiam a lógica patriarcal e capitalista, reafirmando o campo como espaço de invenção social. Com isso, suas ações contribuem para a ampliação do horizonte democrático, ao integrar lutas por justiça de gênero, direito à terra e soberania pedagógica. Reunindo ancestralidade e inovação, essas experiências forjam uma pedagogia da esperança, viva nos territórios e nas práticas do cotidiano.

Assim, ao inserir essas experiências no campo do debate acadêmico, o presente estudo busca dar visibilidade a sujeitos historicamente silenciados, contribuindo para a reconfiguração da justiça social enquanto prática educativa. Conforme assinala Ianni (2004, p. 103), “é preciso superar as dicotomias entre campo e cidade, teoria e prática, razão e sensibilidade”, as mulheres camponesas, ao promoverem processos formativos enraizados em seus territórios e saberes, nos ensinam a ler o mundo com outros olhos e a reescrivê-lo com outros gestos. Valorizar essas práticas é reconhecer a potência educativa das margens e deslocar o centro da produção do conhecimento para onde sempre houve vida, luta e invenção.

Considerações Finais

A presente pesquisa demonstrou que as práticas educativas desenvolvidas por mulheres do campo não apenas reafirmam os princípios

da educação popular, mas também os expandem em direção a epistemologias enraizadas na vida cotidiana, na territorialidade e na ancestralidade, a construção do saber, nesses contextos, se dá a partir da experiência e da coletividade, configurando uma pedagogia insurgente que rompe com os modelos tradicionais de ensino. A educação torna-se, assim, uma prática de resistência frente às múltiplas opressões estruturais, tais experiências desafiam a dicotomia entre escola e comunidade, propondo uma nova concepção de formação humana.

Observou-se, ao longo do estudo, que os feminismos populares exercem papel fundamental na reconfiguração das práticas pedagógicas no meio rural, promovendo espaços de escuta, de diálogo e de reconstrução identitária, as mulheres camponesas assumem a educação como projeto político de transformação social, desafiando o patriarcado, a desigualdade e o epistemicídio. Suas práticas formativas, longe de reproduzirem modelos impostos, nascem das vivências coletivas e afirmam modos próprios de ensinar e aprender, a formação política torna-se, nesse processo, um exercício de autonomia, de organização comunitária e de fortalecimento dos laços sociais.

A educação no campo, quando protagonizada por sujeitos engajados com práticas pedagógicas emancipatórias, resgata a memória coletiva, os vínculos com a terra e a espiritualidade ancestral, articulando saberes locais e experiências comunitárias. Ao reconhecer o corpo como portador de conhecimento e a terra como território de vida, essa pedagogia desafia os modelos tradicionais de ensino, propondo a reinvenção da escola a partir das realidades concretas das populações do campo. Trata-se de um processo educativo que não se limita às estruturas formais, mas se expande para os sonhos, lutas e resistências partilhadas por mulheres e homens comprometidos com a justiça social.

Dessa forma, conclui-se que as práticas pedagógicas construídas no campo, quando orientadas por princípios de uma educação popular crítica, contribuem para a consolidação de novos horizontes de transformação social.

O reconhecimento da diversidade de sujeitos envolvidos na educação do campo — incluindo homens e mulheres — fortalece a legitimidade dessas experiências e amplia seu impacto na formulação de políticas públicas mais equitativas. A valorização dessas práticas representa um passo decisivo na consolidação de uma pedagogia voltada à equidade, ao diálogo e à emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados.

Referências

- BARBOSA, Rita C. Educação popular e a construção de um poder ético. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 78, 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *História do menino que lia o mundo*. Veranópolis: Iterra, 2001.
- CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Júnior. *Paulo Freire: um educador do povo*. Veranópolis: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2001.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.
- MMC – MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONÉSAS. *Práticas educativas na luta feminista rural*. [S.l.]: MMC Nacional, [s.d.].
- MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- PALUDO, Claudete. *Mulheres e lideranças populares*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- PEREIRA, Elenita T. *Educação política: uma experiência com o orçamento participativo*. Campinas: Alínea, 2008.
- SARDENBERG, Cecília; COSTA, Albertina. *A participação das mulheres na produção social*. Salvador: NEIM/UFBA, 1994.
- SILVA, Clodoaldo Matias da; ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares; GARCIA, Fabiana Marques. Reflexos e contribuições do PPP na Educação do Campo. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. esp.1, p. 57-75, 2018.
- SAVIANI, Demeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

Recebido em maio de 2017.
Aprovado em julho de 2017.